100 dias de Bolsonaro

Pelo fim do papel da União Europeia no ataque à Amazônia



Desmatamento ilegal em terras indígenas - Tenharim do Igarapé Preto, Amazonas, 2018

Foto: Ibama Flickr.com / CC

Organizações da sociedade civil que apóiam o documento

Fern, Europa / Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Brasil / Forest Peoples Programme, Reino Unido / Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), Europa / Both ENDS, Holanda / Act Alliance, Europa / Society for Threatened Peoples, Suíça / PSEDA-ILIRIA, Albânia / Estonian Forest Aid, Estônia / Arbeitsgemeinschaft Regenwald & Artenschutz (ARA), Alemanha / PowerShift e.V., Alemanha / Robin Wood, Alemanha / Forum Ökologie & Papier, Alemanha / Envol Vert, Europa / Sinergia Animal, Áustria / Planète Amazone, França / Canopée, França / Forests of the World, Dinamarca / EcoNexus, Reino Unido / Alliance of Mother Nature's Guardians, internacional / Friends of the Earth Bosnia and Herzegovina, Bósnia e Herzegovina / Réseau Brésilien pour la Démocratie au Brésil (RED.Br), França / Friends of the Earth Finland, Finlândia / Comité de solidarité avec les Indiens des Amériques (CSIA-Nitassinan), França / Amazon Watch, Estados Unidos / Coalition Carnival for Amazonia, Polônia / Ecologistas en Acción, Espanha.

É hora de agir

Uma nova realidade se materializou no Brasil nos 100 primeiros dias desde que Jair Bolsonaro assumiu a presidência da quarta maior democracia do mundo.

O número de incursões de invasores armados nas terras de povos indígenas aumentou e, ao mesmo tempo, está em curso um ataque às proteções ambientais do país.

E a influência política do poderoso setor do agronegócio brasileiro aumentou extraordinariamente.

Em janeiro de 2019, o desmatamento na Amazônia aumentou 54% em relação ao mesmo mês do ano anterior. No mesmo mês, a Medida Provisória de Bolsonaro para colocar terras indígenas sob a jurisdição do Ministério da Agricultura abriu caminho para a pecuária e os interesses da soja para acelerar a destruição da maior floresta tropical do mundo, além de outras florestas e savanas brasileiras de grande importância ecológica.

A União Europeia é responsável em alguma medida por essa situação.

A UE e o Brasil mantêm profundos laços econômicos, já que o bloco é um dos principais mercados para os produtos agrícolas brasileiros, sobretudo soja e carne bovina.

Esses laços econômicos serão fortalecidos com a assinatura do abrangente acordo de livre comércio que a UE está negociando com o bloco do Mercosul, do qual o Brasil é o maior signatário.

Em vez de ignorar os custos ambientais e sociais do seu comércio com o Brasil, no entanto, a União Europeia deve adotar medidas específicas para pôr fim ao seu papel nessa crescente calamidade. Essas medidas incluem:

- **A UE deve implementar novas leis para garantir que tanto os produtos vendidos no bloco como os mercados financeiros que os sustentam não estejam destruindo as florestas do planeta e promovendo a grilagem de terras e outros abusos dos direitos humanos.**
- **As negociações do Mercosul / UE para um Acordo de Livre Comércio devem ser suspensas até que a administração do Brasil renove publicamente seu compromisso com o Acordo Climático de Paris. Além disso, a Avaliação de Impacto da Sustentabilidade do acordo comercial deve ser divulgada publicamente e as conclusões devem ser levadas em consideração antes que as negociações continuem. Finalmente, o acordo deve incluir disposições vinculativas e exequíveis para acabar com o desmatamento, respeitar os direitos consuetudinários de posse e implementar o Acordo Climático de Paris.**
- **The EU needs new A Comissão Europeia deve especificar como planeja responder aos desafios apresentados pelo governo Bolsonaro, como garantia que os direitos humanos sejam respeitados. O Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) deve reforçar a implementação do Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia e incluir consultas mais proativas com organizações da sociedade civil brasileira. A UE deve também monitorar e responder às violações dos direitos humanos e reforçar os mecanismos de proteção dos defensores dos direitos humanos. Para os que estão em maior risco, incluindo indígenas e defensores do meio ambiente, a UE deve prestar apoio direto e urgente, quando necessário, inclusive por meio de representações políticas.**

Manifestação "Sangue indígena: nenhuma gota a mais no Brasil, fevereiro de 2019 Foto: APIB Facebook



O "Trump dos trópicos" agrada seu público

Quando Jair Bolsonaro desafiou as expectativas ao vencer a eleição presidencial do Brasil em outubro do ano passado, havia uma longa lista de comentários bizarros tecidos ao longo de seus 27 anos de posicionamentos extremistas na política brasileira para a imprensa mundial escolher e colocar em pauta.

Entre eles estavam declarações incendiárias contra mulheres, homossexuais, indígenas e negros, além de elogios à tortura e à antiga ditadura militar do Brasil. Sendo assim, seu apelido de "Trump dos trópicos" parecia adequado.

No entanto, embora tenham chegado ao poder graças à onda de raiva populista contra o *establishment*, Trump e Bolsonaro atuam em contextos muito diferentes. O presidente norte-americano tem o apoio do Partido Republicano, ao passo que Bolsonaro não teve nenhum apoio institucional. Ao contrário, sua autoridade depende de um base de apoio que ameaça as florestas tropicais, as savanas e os povos indígenas do Brasil.

Em 2017, o agronegócio foi responsável por 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Foi o apoio desse setor que ajudou a catapultar Bolsonaro à presidência e do qual ele depende atualmente – na forma da bancada ruralista – para levar adiante sua agenda em um Congresso fraturado que exerce o poder legislativo no Brasil.

Um de seus principais objetivos é retirar as – já deficientes – salvaguardas ambientais e de direitos humanos que impedem que pecuaristas e produtores de soja (bem como interesses madeireiros e mineradores) avancem sobre a Amazônia e outras áreas brasileiras de grande relevância ecológica.

Mas a que custo para o comércio brasileiro?

Será que consumidores de outros países desejam realmente comprar produtos que promoveram a grilagem de terras ou outras violações dos direitos humanos no Brasil? Será que eles querem ser cúmplices da destruição de florestas tropicais, que emite enormes quantidades de gases de efeito estufa para a atmosfera e acelera o colapso climático? A resposta certamente é não.

Nesse caso, os parceiros comerciais internacionais do Brasil poderiam começar a buscar outras fontes para algumas de suas principais importações agrícolas, prejudicando, assim, a economia brasileira.

"Para um país que se tornou uma superpotência agrícola ao exportar enormes quantidades de soja e carne bovina, mesmo a perda de uma pequena parte desses mercados se traduz em milhões [de dólares]", afirma um comentarista.

Além de ser o maior mercado individual do mundo, a União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil. E a UE está atualmente em vias de negociar um abrangente acordo de livre comércio com o bloco comercial do Mercosul, do qual o Brasil é o maior e mais poderoso membro.

Só por essas razões, a UE está bem posicionada para exercer o tipo de pressão do lado da demanda que poderia refrear as intenções de Bolsonaro. Os acontecimentos que vêm ocorrendo em ritmo perturbador no Brasil nos primeiros meses de sua presidência justificam plenamente essa medida.

E a UE está atualmente em vias de negociar um abrangente acordo de livre comércio com o bloco comercial do Mercosul, do qual o Brasil é o maior e mais poderoso membro.

Uma nova realidade

Mesmo antes da chegada de Bolsonaro ao poder, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), que representa mais de 300 grupos indígenas brasileiros, relatou um aumento na violência e intimidação contra povos indígenas. Somente em 2017, 57 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos no Brasil, o maior número já registrado em qualquer país. Ao mesmo tempo, dados preliminares revelaram que, nos três meses de campanha eleitoral, o desmatamento aumentou quase 50% na Amazônia, principalmente em decorrência da conversão da floresta em áreas de pastagem.

Além disso, nos 100 primeiros dias desde a posse de Bolsonaro em 1° de janeiro de 2019, o temor que muitos sentiam diante da perspectiva de sua vitória se revelou justificado.

Em seu primeiro dia como presidente, Bolsonaro assinou uma Medida Provisória que tirou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a responsabilidade pela "identificação, delimitação, demarcação e registro de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas" e a transferiu para o Ministério da Agricultura – uma notícia que encantou seus apoiadores do agronegócio.

Dois dias depois, Bolsonaro publicou uma mensagem no Twitter manifestando apoio a um vídeo em que um de seus ministros afirma que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas era "espúria" e que muitas terras indígenas existentes baseavam-se em documentos fraudulentos.

Em 14 de janeiro, o ministro do Meio Ambiente do Brasil, Ricardo Salles – que afirmou que a discussão sobre as mudanças climáticas é "secundária" e declarou que muitas multas ambientais são "ideológicas" –, suspendeu convênios e parcerias entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e grupos da sociedade civil por 90 dias com o objetivo de reavaliá-los.

O jornal local O Globo disse que essa medida soou "como uma declaração de guerra contra ONG [organizações não governamentais] dedicadas à preservação ambiental."

No mesmo dia, Salles disse ao Secovi, o maior sindicato do mercado imobiliário da América Latina, que queria tornar os requisitos de licenciamento ambiental para novos empreendimentos mais céleres e menos burocráticos.

Logo em seguida, em 16 de janeiro, Valdir Colatto, um homem que, segundo seus críticos, tem um histórico de tentar criminalizar índios e antropólogos, foi nomeado novo diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

No mês seguinte, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, defendeu a adoção de novas medidas para tornar legal a produção de *commodities* dentro de terras indígenas (desde que os indígenas que vivem nesses territórios concordem). Atualmente, essa prática é vedada pela Constituição Federal de 1988.

E no dia 4 de março – enquanto os brasileiros estavam embalados pela alegria do carnaval –, o almirante Bento Albuquerque, o novo ministro de Minas e Energia, anunciou planos para permitir a mineração em terras indígenas.

Ainda em fevereiro, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, declarou que queria lançar o projeto de regionalização da saúde indígena, levando ao desmantelamento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que foi adquirida pelos povos indígenas de Brasil em 2010 com grande dificuldade para efetivamente levar em conta suas necessidades culturais, religiosas e específicas. Depois de uma forte mobilização, o ministro Mandetta gravou em 28 de março uma mensagem em vídeo filmada na presença dos caciques Raoni Metuktire e Megaron Txucarramae do povo Kayapó para alegar que ele estava renunciando para desmantelar o SESAI, mas os indígenas permanecem muito desconfiados. sobre a realidade desse compromisso e as promessas de consolidação da organização, supostamente para lutar contra a corrupção que a atormentaria

Mas não é só o cenário político brasileiro que está sendo reformulado na gestão Bolsonaro.

Em todo o país, sua presidência vem desencadeando uma onda de grilagem de terras e ataques a comunidades indígenas.

Em fevereiro, a ONG Repórter Brasil revelou que pelo menos 14 territórios indígenas protegidos estavam sendo atacados por invasores.

Outros afirmaram que estava em curso "uma nova fase de ocupação de terras indígenas" e que "grupos armados de grileiros estavam atacando comunidades indígenas".

Desmatamento na Amazônia Foto: Riccardo Pravettoni





Mato Grosso, Brasil

Foto: Icaro Cooke Vieira/CIFOR Flickr.com / CC

A Câmara de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal enviou um ofício urgente ao ministro da Justiça alertando que várias comunidades indígenas estavam em situação de perigo.

Nesse contexto perturbador, este documento analisa a influência econômica e financeira que a UE pode exercer para proteger os direitos dos povos e as savanas e florestas tropicais do Brasil, incluindo a Amazônia.

Mercosul: até onde a União Europeia está disposta a ir para proteger os direitos humanos e as florestas?

Um grande Acordo de Livre Comércio (ALC) entre a União Europeia e os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – vem sendo discutido há quase duas décadas.

A 38ª rodada de negociações foi realizada em Buenos Aires, em meados de março, e diversas fontes sugerem que um acordo final está perto de ser fechado.

Entretanto, se, como atualmente parece provável, esse acordo aumentar e não reduzir os danos às florestas e povos das nações do Mercosul – incentivando um desenfreado Bolsonaro a continuar no seu caminho atual –, a única opção será adiá-lo até que a UE adote uma nova política comercial que tenha em seu bojo os direitos humanos e o meio ambiente.

Intensificação do medo

Organizações não governamentais vêm há muitos anos manifestando preocupação com os impactos ambientais e sociais associados ao aumento do comércio que decorreria de um acordo entre a UE e o bloco do Mercosul. Essa inquietação baseia-se no conjunto irrefutável de provas que mostram os danos causados pelas importações de produtos agrícolas da UE. A eleição de Bolsonaro intensificou esses receios.

A produção de carne bovina é o maior responsável pelo desmatamento mundial e as florestas do Brasil – assim como de outros países do Mercosul – vêm sendo destruídas em escala épica para dar lugar à criação de gado. Em 2017, 74% da carne bovina importada pela UE vieram de países do Mercosul; e o Brasil, onde há mais cabeças de gado do que pessoas, foi o maior fornecedor individual, respondendo por 42% das importações de carne bovina do bloco.

Um estudo realizado em 2013 pela Comissão Europeia constatou que a expansão da soja foi responsável por quase metade do desmatamento associado aos produtos importados pela UE. O Brasil é o maior produtor de soja da América do Sul e, até recentemente, a UE era seu maior mercado.

Sustentabilidade e impactos sobre os direitos humanos

Em abril de 2018, a Fern, junto com outras 24 ONG nacionais e internacionais, divulgou uma carta aberta à Comissão Europeia pedindo que a UE priorizasse os direitos humanos e a sustentabilidade ao comércio nas negociações com o Mercosul e ressaltando a contínua incapacidade do bloco de priorizar essas questões.

"Nos moldes atuais, o acordo de livre comércio entre a UE e o Mercosul prejudicaria os esforços das Partes para cumprir o Acordo Climático de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", afirmava a carta.

O documento instava a Comissão a garantir que as avaliações de impacto sobre a sustentabilidade e os direitos humanos fossem realizadas de maneira abrangente e participativa e que suas conclusões fossem levadas em conta antes da conclusão das negociações.

Até o presente momento, a Avaliação do Impacto sobre a Sustentabilidade não foi concluída e divulgada – um reflexo revelador da maneira opaca como as negociações têm sido conduzidas e do baixo nível de informações disponibilizadas publicamente.

Recomendações

As negociações do Mercosul / UE para um Acordo de Livre Comércio devem ser suspensas até que a administração do Brasil renove publicamente seu compromisso com o Acordo Climático de Paris.

Além disso, a Avaliação de Impacto da Sustentabilidade do acordo comercial deve ser divulgada publicamente e as conclusões devem ser levadas em consideração antes que as negociações continuem. Finalmente, o acordo deve incluir disposições vinculativas e exequíveis para acabar com o desmatamento, respeitar os direitos consuetudinários de posse e implementar o Acordo Climático de Paris.

Vínculos financeiros entre União Europeia e Brasil

Do ponto de vista do comércio e do investimento, a UE tem o potencial de pressionar o Brasil em três frentes: comércio, investimento e assistência financeira de bancos e outras instituições financeiras.

Comércio: A União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, respondendo por 18,3% de seu comércio e oferecendo um enorme mercado para as exportações agrícolas brasileiras, menor apenas que o da China.



Foto: Lou Gold Flickr.com / CC

Uma das principais causas do desmatamento, os produtos de soja têm representado historicamente um terço das exportações agrícolas brasileiras para a UE. No ano passado, porém, produtores da UE passaram a comprar a maior parte de sua ração animal dos Estados Unidos por questões econômicas. Ainda não está claro se essa mudança no padrão do comércio de soja será ou não permanente.

Algumas empresas individuais da UE são grandes atores no comércio mundial de produtos agrícolas brasileiros ligados ao desmatamento.

O valor total dos empréstimos e serviços de subscrição oferecidos por bancos da UE a negócios agrícolas brasileiros período de 2011 a 2014 somou quase um bilhão de dólares.

Investimento: Quando analisados em conjunto, os Estados-membros da União Europeia são a maior fonte de investimento estrangeiro direto do Brasil. Em 2015, empresas sediadas na UE tinham uma participação indireta de 56% nas holdings estrangeiras no Brasil, de acordo com um relatório divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os principais países investidores da UE eram a Bélgica, a Espanha, a França e o Reino Unido, com cerca de 10% dos investimentos estrangeiros diretos destinados aos setores agrícola, pecuário e de mineração.

Os vínculos entre investidores da UE e denúncias de abusos ambientais, no entanto, nem sempre são indiretos.

O gigante francês do varejo Carrefour, por exemplo, está atualmente exposto a riscos de reputação em decorrência das práticas de compra de carne bovina da sua subsidiária brasileira Atacadão SA/Carrefour Brasil, o maior grupo de supermercados do país. Investigações realizadas pela empresa de consultoria Chain Reaction Research identificaram elos da cadeia de suprimentos entre o Carrefour Brasil e abatedouros potencialmente suspeitos situados na Amazônia.

Finanças: Acredita-se que bancos e instituições financeiras da UE sejam uma fonte significativa de financiamentos, ajudando a levantar capital em mercados financeiros e investimentos em ações de empresas brasileiras. Entretanto, não existem informações públicas suficientes para identificar ou quantificar facilmente esses vínculos financeiros.

A pesquisa realizada pela Fern, porém, revelou vislumbres de como instituições financeiras da União Europeia apoiam empresas brasileiras envolvidas em polêmicas. Em 2015, a Fern financiou a elaboração de um relatório que analisa registros de bases de dados financeiros de transações entre instituições financeiras da UE e empresas agrícolas em países em desenvolvimento.

Entre outras descobertas, o relatório constatou que bancos e organizações de investimento da UE haviam concedido empréstimos e/ou oferecido serviços de subscrição que permitiram que duas das maiores empresas de processamento de carne do Brasil, a JBS e a Minerva, levantassem quase US$ 400 milhões no período de 2011 a 2014. O valor total dos empréstimos e serviços de subscrição oferecidos por bancos da UE a negócios agrícolas brasileiros naquele período somou quase um bilhão de dólares. Uma investigação mais detalhada provavelmente teria apresentado evidências de diversos outros acordos dessa natureza.

Recomendações

A Comissão Europeia está atualmente considerando a possibilidade de intensificar suas ações contra o desmatamento. Nesse contexto, a instituição deve propor novas leis para garantir que tanto os produtos vendidos na UE como os mercados financeiros que os sustentam não estejam destruindo as florestas do planeta e promovendo a grilagem de terras e outros abusos dos direitos humanos.

Como parte desse conjunto de regulações, a UE deve obrigar as empresas a rastrear a origem dos produtos agrícolas que importam até a propriedade onde foram produzidos. A medida ajudaria a garantir que os produtos agrícolas comercializados por essas empresas não sejam cultivados em terras sob disputa e que sua produção não tenha contribuído para violações dos direitos humanos.

Relações entre União Europeia e Brasil: retórica e realidade

Durante seu discurso em uma conferência sobre cadeias de fornecimento responsáveis em 2015, a Comissária de Comércio da União Europeia, Cecilia Malmström, afirmou: "Como o maior mercado mundial de consumo de bens e serviços, as escolhas que fazemos na UE afetam diariamente muitas centenas de milhões de pessoas. Por essa razão, temos a responsabilidade de garantir que essas escolhas não prejudiquem os direitos humanos, os direitos trabalhistas, a proteção do meio ambiente e as oportunidades econômicas."

Pelo menos no papel, a UE apoia esse compromisso inequívoco com diversos tratados e obrigações extraterritoriais.

O Plano de Ação da União Europeia para os Direitos Humanos e a Democracia, por exemplo, diz que "a UE promoverá os direitos humanos em todas as áreas de suas ações externas, sem exceção" – fazendo referências específicas ao comércio e aos investimentos.

Os Tratados da União Europeia, um conjunto de tratados internacionais entre Estados-membros que estabelecem a base constitucional da UE, preveem garantias semelhantes.

O artigo 11 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) afirma ainda que "os requisitos de proteção ambiental devem ser integrados à definição e implementação das políticas e atividades da União Europeia, principalmente com vistas a promover o desenvolvimento sustentável".

Além disso, o artigo 21 do Tratado da União Europeia (TUE) prevê que um acordo de livre comércio negociado pela UE não deve apenas listar compromissos com o cumprimento de obrigações ambientais ou sociais, mas definir medidas concretas para implementá-los.

Nas atuais relações do bloco com o Brasil, contudo, esses compromissos estão sendo essencialmente ignorados.

A UE tem permitido que a diplomacia econômica (ampliação do acesso a mercados externos como forma de impulsionar o crescimento) se sobreponha à diplomacia dos direitos humanos (promoção dos direitos humanos por meio do comércio e de outros instrumentos da política externa).



Sônia Guajajara
Foto: Andrew Aurélio P. de A. Costa / Wikipedia CC

No final de 2018, Sônia Guajajara, a célebre ativista dos direitos indígenas e líder da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), levou essa mensagem para Bruxelas.

De forma bastante clara, Guajajara disse a funcionários da UE do Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) e da Direção-Geral do Comércio (DG Comércio) que a União Europeia deve levar em conta os impactos de suas políticas comerciais.

Ela afirmou que o bloco deveria boicotar produtos de áreas marcadas por conflitos; que o ecocídio deveria ser reconhecido como um crime contra a humanidade; que os povos indígenas são os melhores guardiões das florestas; que, na situação atual, promover o livre comércio no Brasil é incompatível com a promoção dos direitos humanos; e que a UE deveria apoiar a demarcação de terras indígenas. (A maioria das terras demarcadas fica na Amazônia e quase nenhuma terra no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul foi demarcada, embora esses sejam os estados que registram o maior número de conflitos territoriais e onde o cultivo de soja e a pecuária estão destruindo florestas.)

Em resposta, funcionários das duas entidades disseram a Guajajara que o acordo com o Mercosul poderia gerar benefícios para as comunidades, citando o exemplo do Acordo Andino de Livre Comércio. Eles garantiram a ela que o foco do Mercosul não reside apenas na redução de tarifas, mas também na proteção dos direitos humanos, e que o acordo atual é melhor que nenhum acordo. Eles defenderam ainda a minuta do capítulo do acordo sobre o desenvolvimento sustentável, que, nos moldes atuais, não faz sentido nenhum.

Sônia Guajajara: A UE deveria boicotar produtos de áreas marcadas por conflitos ... na situação atual, promover o livre comércio no Brasil é incompatível com a promoção dos direitos humanos; e que a UE deveria apoiar a demarcação de terras indígenas.

Recomendações

A Comissão Europeia deve especificar como planeja responder aos desafios apresentados pelo governo Bolsonaro, como garantia que os direitos humanos sejam respeitados. O Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) deve reforçar a implementação do Plano de Ação da UE para os Direitos Humanos e a Democracia e incluir consultas mais proativas com organizações da sociedade civil brasileira.

A UE deve também monitorar e responder às violações dos direitos humanos e reforçar os mecanismos de proteção dos defensores dos direitos humanos. Para os que estão em maior risco, incluindo indígenas e defensores do meio ambiente, a UE deve prestar apoio direto e urgente, quando necessário, inclusive por meio de representações políticas.

This publication has been produced with the assistance of the European Union, and the UK Department for International Development. The contents of this publication are the sole responsibility of the author and can in no way be taken to reflect the views of the funders.